

Nº IBAMA: 02001.004155/2016-14 (CTOS)
Nº IBAMA: 02001.001577/2016-20 (CIF)
SEQ06608/2017/GJU

Belo Horizonte, 08 de janeiro de 2018.

AO COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF)

A/C: ILMA. SRA. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO

SCEN Trecho 2 - Ed. Sede

CEP 70818-900

Brasília/DF

À CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL

A/C: MARCO ANDRÉ GARBELOTTI

Ministério do Desenvolvimento Social

Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial - CTOS

Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 7º andar, Gabinete da Secretaria Executiva

Brasília - DF

CEP: 70.050-902

REF.: *Resposta à Deliberação 141 de 14 de dezembro de 2017.*

Prezados Senhores,

A **FUNDAÇÃO RENOVA**, por meio de seu representante abaixo assinado, vem, respeitosamente, em atendimento à Deliberação 141 de 14 de dezembro de 2017, expor o que segue:

Por meio da citada Deliberação, esse I. Comitê:

- i) Ratificou o conteúdo da Deliberação CIF nº 58 e da Deliberação CIF nº 93, concluindo pelo não atendimento da Notificação nº 03/2017 - DCI/GABIN, com consequente imposição das penalidades previstas no Acordo (Cláusula 249 do TTAC), fixando-se multa punitiva por obrigação descumprida e multa diária

- enquanto persistir o descumprimento total da obrigação (Cláusula 247 – Parágrafo Terceiro e Parágrafo Décimo);
- ii) Determinou que a Fundação Renova envie a cada solicitante ao Cadastro Integrado, das comunidades abrangidas pela Deliberação CIF nº 58, documento por carta registrada em que informe o motivo de elegibilidade ou não do indivíduo ao referido Cadastro, no prazo de 20 dias;
 - iii) Determinou que a Fundação Renova inicie o pagamento efetivo do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), com o devido pagamento dos retroativos, a todos os impactados já cadastrados no Cadastro Integrado, e elegíveis ao referido Auxílio, nas comunidades abrangidas pela Deliberação CIF nº 58, no prazo de 20 dias;
 - iv) Determinou, conforme item 2 da Deliberação CIF nº 58, que a Fundação Renova promova o direcionamento das comunidades impactadas (listadas no item 1 da referida Deliberação) aos programas socioeconômicos aplicáveis;
 - v) Determinou que a Fundação Renova informe ao CIF e à Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial – CTOS sobre as providências adotadas para o cumprimento das presentes solicitações, no prazo de 20 dias.

Com relação ao alegado descumprimento das obrigações advindas das Deliberações nº 58 e nº 93 com fixação de multa punitiva por obrigação descumprida e multa diária enquanto persistir o descumprimento, a Fundação Renova REITERA os posicionamentos encaminhados a esse I. Comitê com cópia para a Câmara Técnica de Organização Social (CTOS), nos quais a Fundação Renova apresentou as evidências do atendimento de todos os itens das referidas Deliberações, encaminhadas em comunicados de numeração SEQ 5028/2017/GJU (protocolo em 11.08.17), SEQ 5028-2/2017/GJU (protocolo em 18.08.17), SEQ 5028-3/2017/GJU (protocolo em 04.09.17), SEQ 5028-4/2017/GJU (protocolo em 28.09.17) e SEQ 5028-5/2017/GJU (protocolada no dia 13.12.17).

A Fundação Renova RATIFICA que o processo de cadastramento é dividido em várias etapas, destacando - (1) **Pré análise** (avaliação de

elegibilidade ao cadastro), (2) a **Mobilização**, e (3) a **Entrega da cópia dos formulários preenchidos às famílias cadastradas** (Entrega do formulário às famílias), descritas nos documentos metodológicos disponíveis no site da Fundação Renova (www.fundacaorenova.org), sendo que o levantamento de informações, isto é, o cadastramento especificamente falando, é totalmente efetivado até a chamada "fase 2" do processo, o que ocorreu dentro do prazo de 30 dias definido no item (3) da Deliberação CIF nº 93 e atestado nas evidências de atendimento (SEQ 5028-3/2017/GJU, protocolo em 04.09.17). A data de envio dos lotes de cadastro ao CIF, portanto, não corresponde à data de cadastramento e, conseqüentemente, não deve ser considerada como evidência de descumprimento da Deliberação CIF nº 93, tal qual apregoa a Nota Técnica nº 017/2017/CTOS-CIF.

Com relação ao envio a cada solicitante ao Cadastro Integrado, das comunidades abrangidas pela Deliberação CIF nº 58, de documento por carta registrada em que informe o motivo de elegibilidade ou não do indivíduo ao referido Cadastro, a Fundação Renova deixou bem claro o cumprimento de referida obrigação, na resposta ao Ofício nº 171/2017 - SEQ 5028-5 (protocolada em 13.12.17) esclarecendo que TODAS AS FAMÍLIAS CADASTRADAS receberam, individualmente, o retorno de seu formulário de cadastro respondido, além do esclarecimento, já na etapa da MOBILIZAÇÃO (anterior ao efetivo cadastramento), de que foram consideradas elegíveis ao cadastro, recebendo, inclusive, documento explicativo de todo o processo de cadastro, assim como protocolo com a marcação de dia, local e horário do processo de cadastramento.

Salienta-se que nas localidades citadas no item 3 da Deliberação nº 93 todas as famílias requerentes de cadastro foram consideradas elegíveis ao referido programa em virtude dos resultados dos estudos qualitativos realizados na localidade.

Resta claro o adimplemento da obrigação prevista no item 5 da Deliberação 93, na medida que as famílias impactadas foram formalmente instruídas sobre o processo de cadastramento nas respectivas localidades, e informadas, motivadamente, sobre sua elegibilidade ao cadastro.



Adicionalmente, por uma questão de preenchimento de forma, a Fundação Renova está enviando a todas as famílias que passaram pelos processos do cadastro, incluindo aquelas citadas na Deliberação nº 58 e já atendidas desde a Primeira Campanha, carta com Aviso de Recebimento, conforme se comprova pelos ARs anexos, indicando a finalização do cadastro e a conclusão de sua avaliação de impacto, isto é, se diretamente impactadas, indiretamente impactadas ou inelegíveis ao cadastro. Os modelos de carta e os ARs relativos a todas as famílias residentes nas comunidades da Deliberação nº 58 encontram-se no **documento ANEXO 01**.

Quanto ao pagamento efetivo do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), incluindo o pagamento dos retroativos a todos os impactados já cadastrados no Cadastro Integrado e elegíveis ao referido Auxílio, nas comunidades abrangidas pela Deliberação CIF nº 58, a Fundação Renova informa que desde o período emergencial está em andamento o cumprimento dessa obrigação, posto a existência de cartões pagos desde 2016 em parte dessas comunidades. Acerca das comunidades relativas à Deliberação CIF nº 93, isto é, que passaram a ser cadastradas a partir da Segunda Campanha, a entrega de cartões está sendo realizada desde 20 de dezembro de 2017, conforme amostra apresentada pelo **documento ANEXO 02**.

Nesse sentido, importa demonstrar que, desde a publicação da Deliberação nº 58 e posterior delimitação das famílias até então não cadastradas, conforme item 3 da Deliberação nº 93, foram analisados todos os 474 cadastros feitos nas novas áreas. Deste universo analisado, 276 novos cartões foram emitidos para acesso ao auxílio financeiro emergencial e 198 análises identificaram ausência de documentos que estão sendo solicitados aos impactados.

A Fundação Renova ressalta que, os pagamentos dos auxílios financeiros estão sendo feitos de acordo com a Deliberação CIF nº 119, de 23 de outubro de 2017.

Quanto ao direcionamento das comunidades impactadas aos programas socioeconômicos aplicáveis, a Fundação Renova informa que vem adotando

esse procedimento conforme explicitado no Plano de Atendimento Integrado das "Novas Áreas", protocolado em 13.12.17 (**documento ANEXO 03**), no qual a Fundação, no item 3 do documento, apresenta todo o escopo do atendimento. Ressalta-se que o Plano de Atendimento passa por constantes processos de atualização e aperfeiçoamento. O documento anexo traz a atual versão.

A Fundação Renova ressalta que não tem poupando esforços para reparar/compensar os danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, de forma que tem realizado um conjunto de ações integradas que visam atender, de forma satisfatória, e no que for de sua competência, e dentro dos limites impostos no TTAC, as demandas das pessoas impactadas. Para tanto, seus Representantes vêm regularmente participando das discussões da Câmara Técnica de Organização Social, estando cientes do objeto e das diretrizes dos programas de cadastramento, de indenização e auxílio, bem como do teor das deliberações do CIF sobre o assunto.

Importante destacar que, o que vem sendo discutido, desde a publicação da Deliberação nº 58, ampliando-se essa discussão após a publicação da Deliberação nº 93, é a metodologia mais adequada a ser adotada para alcançar um resultado confiável acerca do levantamento dos reais impactos e das famílias efetivamente impactadas nas localidades apontadas pela Defensoria Pública, uma vez que nunca houve por parte da Fundação uma negativa em dar início à sua atuação nesses locais.

Por todo o exposto, fica evidente o cumprimento de todas as obrigações advindas das Deliberações CIF nº 58 e nº 93 pela Fundação Renova, ainda que por meio da adoção de uma metodologia que diferiu num primeiro momento daquela sugerida pelo CIF. Na prática, ao invés de dar início imediato ao cadastro nas localidades citadas na Deliberação nº 58, foi iniciada uma pesquisa para compreensão da realidade socioeconômica nesses locais, e para certificação de eventuais impactos e do quantitativo de pessoas impactadas. Superada essa fase, foram realizados os cadastros e já vem sendo pagos diversos auxílios emergenciais.

Destaque-se que, em que pese essa diferença de metodologia, os resultados práticos alcançados são os mesmos, como exaustivamente demonstrado, já que as famílias impactadas nas localidades em questão foram devidamente mapeadas e já vêm recebendo o auxílio devido. Assim, a Fundação Renova entende não ser razoável a aplicação de multa fixada no item (1) da Deliberação CIF nº 141, uma vez que está demonstrado o atendimento a todos os itens dispostos na referida Deliberação.

A Fundação Renova reforça seu compromisso com uma agenda de diálogo franco e transparente, com o foco em construir propostas conjuntas que façam sentido para as regiões impactadas.

Sendo o que nos cumpria para o momento, a Fundação Renova se mantém à disposição para quaisquer informações adicionais.

Renovando nossos protestos de estima e consideração, subscrevemos a presente.

Atenciosamente,



MARCUS FUCHS

Gerente Executivo dos Programas Socioeconômicos

LISTA DE DOCUMENTOS ANEXOS

DOCUMENTO ANEXO 1 – *Comprovantes de entrega às famílias da Cópia dos Formulários de Cadastro preenchidos e da Carta de Elegibilidade quanto à reparação de impacto direto.*

DOCUMENTO ANEXO 2 – *Comprovantes de entrega de cartões do Auxílio Financeiro e extrato das operações de crédito em cartões.*

DOCUMENTO ANEXO 3 – *Nota Técnica quanto ao Plano de Atendimento para as áreas citadas na Deliberação CIF nº 58.*